REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo monetário da Amazônia

A ideia é de que o montante seja composto por recursos arrecadados com CBS e IBS, no caso da adoção de um IVA dual

» RAFAELA GONÇALVES

Manaus — Na tentativa de encontrar uma solução para o impasse sobre a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) na reforma tributária, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), ligado à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), entregou ao grupo de trabalho um relatório com propostas para a região na nova legislação. Além de defender a manutenção de um tratamento tributário favorecido, o setor enviou um projeto para a criação de um Fundo Constitucional da Bioeconomia, apelidado de "FMI da Amazônia".

A ideia é de que o montante seja composto por recursos arrecadados com CBS e IBS, no caso da adoção de um IVA dual (dois impostos sobre valor agregado), conforme sugere a PEC 110/2019. O relator da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), confirmou que apresentará o relatório do projeto amanhã e existe a expectativa de que o texto incorpore alguma solução para a Zona Franca.

A região é atualmente beneficiada com incentivos fiscais baseados em quatro tributos que serão extintos com a reforma: os federais PIS, Cofins e IPI e o ICMS, imposto estadual. O fundo seria uma alternativa ao mecanismo de "cashback", que está sendo avaliado para que se devolva às empresas, em dinheiro, o valor que hoje elas possuem na forma de benefício tributário.

Segundo o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador do estudo *Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades*, Márcio Holland, a alternativa leva em consideração os aprendizados do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), mas sem a "ingerência" da União. A composição teria como base o orçamento do estado do Amazonas, além de futuros aportes da iniciativa privada.

"Não se está discutindo apenas a reforma tributária; precisamos pensar na agenda da região em geral. O 'FMI da Amazônia' poderia organizar os recursos derivados dos vários fundos estaduais, nos recursos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), de P&D e no percentual da arrecadação do IBS. Seria constitucional e de difícil contingenciamento, se capitalizado com efetividade e boa estrutura de governança", afirmou Holland.

A alternativa surge em meio à garantia do governo de não causar "mudanças traumáticas" na região, conforme declarou o secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. De acordo com a proposta, o fundo poderia ser utilizado inicialmente, somente para ressarcir os atuais contratos concedidos pelos estados para a subvenção de investimentos, como é o caso da Zona Franca.

Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia. Só para este ano, a renúncia de impostos federais para a região e áreas de livre comércio deve passar de R$ 35 bilhões. A efetividade do modelo de incentivo foi alvo de críticas em relatório divulgado no último mês pelo Banco Mundial.

Receita

Segundo o presidente do Conselho Superior do Cieam, empresário Luiz Augusto Rocha, apenas 31,3% da arrecadação federal no Amazonas retorna em forma de transferência de receita para o estado. "Muito se fala de isenção na Zona Franca, mas nós pagamos impostos sim e este não é um modelo de isenção, são benefícios e compensações para potencializar a nossa competitividade. A Zona Franca não será empecilho na reforma, as empresas também desejam o aperfeiçoamento do caótico sistema tributário, mas precisamos manter a vantagem comparativa", afirmou Rocha, ao rebater críticas.

"Há uma percepção, talvez decorrente do desconhecimento, que gera falta de compreensão do país de que o nosso concorrente não é a indústria do Sudeste ou outras regiões no Brasil, mas sim outros países. É desta competitividade que estamos falando", disse Rocha, sobre a expectativa de que outros estados seriam beneficiados com o fim da Zona Franca.

O presidente do Cieam destacou ainda que o tratamento tributário diferenciado é importante para o desenvolvimento do potencial regional. "Precisamos pensar na Amazônia brasileira como um grande ativo nacional e não como um santuário. O modelo da Zona Franca foi um importante marco para a preservação da região e é com a diversificação produtiva que seremos capazes de interiorizar o desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população, estimular a educação e promover a bioeconomia", declarou.

Foto: Divulgação/ Honda



Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região

Márcio Gallo/Suframa



A criação do FMI da Zona Franca estimulará a educação e a promoção da bioeconomia

Infraestrutura

Doutor em engenharia de transportes, o professor associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Augusto Rocha, avalia que o maior gargalo para o desenvolvimento econômico da região amazônica é a falta de infraestrutura e não os problemas de logística. "Estamos olhando para o problema errado, não há problema de logística na Amazônia, só há uma carência histórica de infraestrutura. Sempre que falamos sobre logística há a impressão de ser um problema transportador muito grande, mas de uma forma ou de outra ela acontece", afirmou.

Rocha destacou o motivo da deficiência histórica: "Se faz um manto verde para que não se faça rodovias na Amazônia, que muitas vezes demonstra uma preocupação ambiental falsa. A região acaba sendo impedida de se desenvolver enquanto se mantém o extrativismo. São equívocos do passado como a Transamazônica, que nunca foi concluída, que não podem ser repetidos."

Segundo o pesquisador, a melhoria da infraestrutura seria a grande solução para os problemas da região e talvez assim não seria necessária a manutenção do modelo da Zona Franca de Manaus. "Não tem que fazer reforma para acabar com a Zona Franca, invista em infraestrutura que essa vantagem competitiva não será mais necessária", disse.

***A repórter viajou a convite do Cieam**

Ribeirinhos captam energia solar no estado

Uma iniciativa pioneira na captação de energia solar mudou a realidade da comunidade ribeirinha de Santa Helena do Inglês, localizada a 40 quilômetros de Manaus. Batizado de "Sempre Luz", o projeto surgiu em 2020, primeiro ano da pandemia. A ideia era suprir as deficiências do programa Luz Para Todos, desenvolvendo um sistema de energia estável.

"Antes a gente falava que era luz para alguns e não luz para todos, porque aqui a energia vivia acabando. Agora não acaba mais e por isso chamamos de sempre luz", contou Nelson Brito, 46 anos, líder da comunidade que é composta por 28 famílias e cerca de 140 habitantes.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e a Unicoba, empresas de soluções de eficiência energética com produção concentrada na Zona Franca de Manaus (ZFM). A instalação no local conta com uma usina de energia solar com 132 painéis, que funcionam a partir da captação da luz do sol e sua transformação em corrente, que gera eletricidade para a comunidade durante o dia. Ao mesmo tempo, a instalação abastece um sistema de baterias de lítio, que garantem o armazenamento da energia.

Nelson contou como a energia mudou o dia a dia da comunidade que sofria com os problemas no sistema anterior. "Deu qualidade de vida para as pessoas que moram na comunidade, tanto na educação, na saúde e até mesmo na água, que precisa de energia. Desde o projeto as outras comunidades ficam sem energia e a gente não fica mais, às vezes a gente ficava semanas sem energia e sem água", disse.

Eficiência

"Hoje temos internet, WhatsApp. A gente trabalha inclusive com carpintaria naval e civil, que dependem de energia para o uso de serra. Às vezes a gente pegava um trabalho para entregar com dez dias e a energia ia embora. Hoje a gente consegue trabalhar", acrescentou.

Segundo moradores, a solução de eficiência energética abriu novas portas para a economia local. Adriana Azevedo, de 35 anos, tornou-se gerente de uma pousada comunitária. "Antigamente a gente trabalhava muito com extração de madeira e nem sonhava em trabalhar com turismo aqui, até que surgiu a iniciativa com o apoio da FAS e a energia abriu portas para a gente começar. A gente ficava à deriva porque a deficiência de energia era muito grande, a gente ficava até sem comunicação", contou.

A pousada tem oito quartos com banheiros e até ar condicionado, algo que era inimaginável antes. Hoje, cerca de 90% da renda dos moradores vem do turismo. "A maioria das pessoas da comunidade hoje tira renda daqui, é um turismo de base comunitária. A pousada não é minha, não é do Nelson, a pousada é da comunidade", disse.

Atualmente o Brasil conta com cerca de dois milhões de pessoas que ainda não têm energia elétrica em suas casas e em suas comunidades, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São mais de 200 localidades consideradas isoladas do ponto de vista de distribuição de energia, com maior concentração na região norte.

Para o diretor de operações da Unicoba, Ronaldo Gerdes, o projeto em questão representa um momento de transformação na empresa, que deixa de vender apenas produtos e começa a vender soluções. "A nossa atividade industrial traz a obrigação de que a gente desenvolva projetos de pesquisa e desenvolvimento. Me orgulha muito ver que o projeto teve um progresso dessa magnitude, com impacto tão grande que causou na comunidade e hoje inspira outros países. A energia responsável é capaz de transformar vidas", destaca. (**RG**)

Rafaela Gonçalves



Adriana Azevedo é administradora da pousada comunitária na comunidade ribeirinha Santa Helena